

Amazônia

CENAS E CENÁRIOS

Doris Sayago

Jean-François Tourrand

Marcel Bursztyn

Organizadores

EDITORA

UnB

A Amazônia, com sua imensidão, megadiversidade e múltiplos problemas de ocupação e uso sustentável de seus recursos, é, sem dúvida, cenário de grande interesse para estudo e palco essencial para o debate acadêmico com enfoque interdisciplinar. É nesse sentido que se evidencia o imperativo de aprofundamento das análises inovadoras que envolvem as dimensões social, ecológica, cultural, política, econômica e institucional, de forma a poder encaminhar propostas concretas de ação que redimensionem e redirecionem a esfera das políticas governamentais para a região.

Estudos técnico-científicos mostram as cenas e apontam cenários de contradição e



Amazônia: cenas e cenários



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

Lauro Morhy

Vice-Reitor

Timothy Martin Mulholland

EDITORA



UnB

Diretor

Alexandre Lima

Conselho Editorial

Alexandre Lima, Clarimar Almeida Valle, Dione Oliveira Moura, Henryk Siewierski, Jader Soares Marinho Filho, Ricardo Silveira Bernardes, Suzete Venturelli

Esta obra foi elaborada no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB) e contou com o apoio do CNPq, da Capes-Cofecub e da Finep.



Amazônia

CENAS E CENÁRIOS



Doris Sayago
Jean-François Tourrand
Marcel Bursztyn
(Organizadores)

Equipe editorial
Ana Flávia Magalhães Pinto · *Preparação de originais e revisão*
Raimunda Dias · *Projeto gráfico e editoração eletrônica*
Jean-François Tourrand · *Foto da capa*
Flávia Rubenia Barros · *Criação da capa*
Heonir Soares Valentim · *Finalização de capa*

Copyright © 2003 by Editora Universidade de Brasília

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS Q.2 - Bloco C - nº 78 - Ed. OK - 2º andar
70300-500 Brasília-DF
tel: (0xx61) 226 6874
fax: (0xx61) 225 5611
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

A489 Amazônia: cenas e cenários / Doris Sayago,
Jean-François Tourrand, Marcel Bursztyn (organizadores). –
Brasília : Universidade de Brasília, 2004.
382p.

ISBN 85-230-0750-4

1. Amazônia-América do Sul. 2. Amazônia Legal-América do Sul. I. Sayago, Doris. II. Tourrand, Jean-François. III. Bursztyn, Marcel.

CDU- 908(811)

Sumário

PREFÁCIO

Pesos e medidas da Amazônia, 9

Hervé Théry

INTRODUÇÃO

Um olhar sobre a Amazônia: das cenas aos cenários, 17

Doris Sayago, Jean-François Tourrand, Marcel Bursztyn

Parte I

AMAZÔNIA DOS RIOS

O Projeto Yawanawá-Aveda de Urucum: uma parceria de negócios em busca de sustentabilidade para uma comunidade indígena na Amazônia brasileira, 31

Sandra De Carlo, José Augusto Drummond

Agrobiodiversidade e agricultura tradicional na Amazônia: que perspectivas?, 73

Florence Pinton, Laure Emperaire

Exploração da fauna silvestre na Transamazônica, 101

Thierry Bonaudo, Yvonnick Le Pendu, Natália Albuquerque

Parte II

AMAZÔNIA DAS ESTRADAS

A cadeia produtiva do leite: uma alternativa para consolidar a agricultura familiar nas frentes pioneiras da Amazônia?, 115
René Pocard-Chapuis, Jonas Bastos da Veiga, Marie-Gabrielle Piketty, Cristóvão Morelly Kaneyoshi Hashiguti de Freitas, Jean-François Tourrand

O que há em comum entre Região das Missões e lavrados de Roraima? Ou os percursos da soja até a Amazônia Legal, 139
Magda Eva S. de F. Wehrmann, Laura Maria G. Duarte

Por que a pecuária está avançando na Amazônia Oriental?, 169
Marie-Gabrielle Piketty, Jonas Bastos da Veiga, Jean-François Tourrand, Ailce Margarida Alves, René Pocard-Chapuis, Marcelo Cordeiro Thales, Nathalie Hostiou, Adriano Venturieri

Parte III

AMAZÔNIA DAS REGIÕES

Meio ambiente e qualidade de vida em Belém do Pará: o lento caminho do desenvolvimento sustentável, 193
Agnès Serre

O pulo do grilo: o Incra e a questão fundiária na Amazônia, 217
Doris Sayago, Luciana Machado

O papel das organizações de agricultores nas transformações recentes do uso do espaço em região de fronteira amazônica: o caso da região de Marabá, **237**

Márcia G. Muchagata

Parte IV

AMAZÔNIA DAS POLÍTICAS

Aspectos legais e institucionais da gestão ambiental na Amazônia, **263**

Maria Augusta A. Bursztyn, Marcel Bursztyn, Francisca Neta A. Assunção

Alguns temas da questão setentrional: contribuição ao debate sobre um projeto para a Amazônia brasileira, **295**

Marcel Bursztyn

Ambientalismo e Amazônia: encontros e desencontros, **319**

Paul E. Little

POSFÁCIO

Cenários da Amazônia: o descortinar das incertezas no início do terceiro milênio, **343**

Elimar Pinheiro do Nascimento, José Augusto Drummond

SOBRE OS AUTORES, **363**

SIGLAS E ABREVIATURAS, **375**

Parte III
Amazônia das regiões



O pulo do grilo: o Incra e a questão fundiária na Amazônia

Doris Sayago
Luciana Machado

Mas surge o grileiro e tudo se transforma. Terras paradas, terras inexpugnáveis à cultura, que velhos barbaças detêm aos milheiros de alqueires para delas tirar um prato de feijão e uns porquinhos de ceva, e que vêm vindo assim de avós a netos, e que permaneceriam assim toda a vida; terras devolutas, que a inércia do Estado conserva a monte, sem saber por quem nem para que; terras legitimamente, legalmente “apropriadas” – nada disso é obstáculo à solércia do grileiro.
Monteiro Lobato, 1948, p. 7.

Resumo

No país existem, aproximadamente, 100 milhões de hectares sob suspeita de ser terras griladas. No Amazonas, no Pará, no Acre, em Goiás, no Distrito Federal, no Paraná, no Amapá, em Roraima, em Rondônia e no Mato Grosso, “fantasmas” vendem e registram as terras públicas, inúmeras vezes, nos cartórios destas localidades.

A grilagem de terras na Amazônia é propiciada, por um lado, pela imensidão das terras, pela difícil acessibilidade e pelas enormes distâncias e, por outro lado, pela notória fragilidade do poder público na fiscalização e no controle das terras que pertencem à União e pela inconstância dos programas e projetos governamentais para a região.

Durante os últimos trinta anos, o registro irregular de terras na Amazônia foi incentivado pela falta de fiscalização, pela precariedade estrutural das instituições locais, pela extensão do território, pelo envolvimento de autoridades locais com a compra-venda, pelas fraudes de cartórios, que facilitaram a atuação contínua das quadrilhas de grileiros – o que possibilitou a passagem de terras públicas às mãos de particulares.

Na Amazônia prevaleceram, e ainda prevalecem, práticas de poder que mercantilizam os recursos naturais sem qualquer fiscalização. Assim, grande parte dos conflitos socioambientais é resultante das próprias demandas nacionais provocadas pela dinâmica internacional, como, por exemplo, a exploração madeireira, a plantação de soja, entre outras. Dessa maneira, a corrida pelo crescimento econômico atropela as políticas de proteção dos recursos naturais e desacelera o ritmo do plano de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Introdução

A prática da grilagem, como mostra a citação que inicia este trabalho, não é exclusiva dos tempos atuais. A discussão sobre a ocupação da terra devoluta continua. É um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no país.¹

A grilagem destaca-se como meio fraudulento de apropriação das terras públicas. Documentos envelhecidos pelas mãos dos “alquimistas”, graças às marcas deixadas pelos grilos prisio-

¹ Segundo o artigo 3º da Lei de Terras, é considerada como devoluta a terra que não for aplicada a qualquer uso oficial, estadual ou municipal e que não tenha sido legitimamente incorporada ao patrimônio particular.

neiros em gavetas, condenados à morte por um único propósito, dar autenticidade aos títulos, são manchas capazes de ressuscitar documentos da época do Império.²

A repartição de terras no Brasil esteve subscrita, até 1822, ao Regime de Sesmarias, ou seja, as terras eram concedidas, exclusivamente, aos brancos, católicos e nobres. A partir da segunda metade do século XIX, e segundo a Lei de Terras, o Estado transferiu tanto a posse quanto o domínio de terras a particulares. O Brasil, durante muitos anos, praticou um sistema de registro de terra pouco ordenado, que possibilitou o desenvolvimento de ações ligadas a grilagem, fraudes, apossamento ilegal de terras indígenas e de quilombos e invasões de áreas de preservação ambiental (Inkra, 2001).

Hoje, entre as práticas consideradas grilagem de terras, podemos citar a falsificação de títulos e seus registros; o acréscimo de alguns hectares nos documentos de posse; o registro da escritura de compra-venda, sem a linhagem de transmissão; a queima de arquivos; a propina; a invasão de áreas com gado; ou, simplesmente, o deslocamento de cercas.

A emissão de títulos falsos com a complacência, direta ou não, de órgãos públicos tem facilitado a multiplicação de fraudes nos cartórios e, conseqüentemente, a grilagem de terras devolutas. As terras devolutas são o grande alvo de apropriação indevida. A ocupação jurídica de caráter irregular é uma das modalidades de obtenção de título de posse que facilitam um amplo leque de possibilidades para o estabelecimento do grilo e a multiplicação de suas ações.

² Monteiro Lobato no seu texto "O grilo", da obra *A Onda Verde*, escrita em 1920, mostra de maneira sarcástica e humorada os artifícios do grileiro.

No país existem, aproximadamente, 100 milhões de hectares sob suspeita de ser terras griladas. No Amazonas, no Pará, no Acre, em Goiás, no Distrito Federal, no Paraná, no Amapá, em Roraima, em Rondônia e no Mato Grosso, “fantasmas” vendem e registram as terras públicas, inúmeras vezes, nos cartórios dessas localidades.³

A grilagem de terras na Amazônia é propiciada, por um lado, pela imensidão das terras, pela difícil acessibilidade e pelas enormes distâncias; e, por outro, pela notória fragilidade do poder público na fiscalização e no controle das terras que pertencem à União e pela inconstância dos programas e projetos governamentais para a região.

Durante os últimos trinta anos, o registro irregular de terras na Amazônia foi incentivado pela falta de fiscalização, pela precariedade estrutural das instituições locais, pela extensão do território, pelo envolvimento de autoridades locais com a compra-venda, pelas fraudes de cartórios, que facilitaram a atuação contínua das quadrilhas de grileiros – o que possibilitou a passagem de terras públicas às mãos de particulares.

Em 2000 foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em decorrência das constantes denúncias envolvendo terras griladas na região, que investigou a ocupação fraudulenta das terras públicas nos estados da Amazônia. Diversos órgãos públicos, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e a

³ Várias CPIs foram instaladas para investigar denúncias ou evidências de irregularidades na questão agrária. Ver, especialmente, o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na Região Amazônica (29 de agosto de 2001). Outro dado importante de combate à grilagem foi a publicação dos livros intitulados *Balanço da grilagem de terras no Brasil* (1999) e *Grilagem de terra: balanço final* (2000).

Fundação Nacional do Índio (Funai), foram interpelados com a finalidade de esclarecer as brechas de índole legal e institucional que pudessem favorecer a grilagem.

Diante desse quadro e para os fins das análises contidas neste trabalho, optou-se por tratar a relação entre o Incra e a problemática fundiária do país, dando ênfase à questão da grilagem na Região Amazônica. Antes, porém, para contextualizar o tema, há de se fazer um esforço histórico sobre a grilagem e a atuação do Incra no combate a esta.

O Incra

O Incra foi criado em 1970 com a finalidade de agregar as funções dos órgãos públicos que lhe antecederam, como o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), o Serviço Social Rural, a Superintendência de Política Agrária (Supra), o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e o Grupo Executivo de Reforma Agrária (Gera).

A finalidade dessa nova instituição está centrada na gerência das questões agrárias de forma coordenada, cuidando de assuntos como a arrecadação de terras devolutas e a desapropriação e a destinação de propriedades privadas. Após três anos de existência, acrescentava-se a seus objetivos a responsabilidade de promover o levantamento sistemático do uso da terra.

De acordo com Relatório de Atividades do Incra, a sua história pode ser dividida em três diferentes momentos: da sua criação, em 1970, ao fim do governo militar (1984); da Nova República ao fim do governo Itamar Franco (1994); e, finalmente, a era Fernando Henrique Cardoso, iniciada em seu primeiro mandato, em 1995 (MDA/Incra, 2000).

Os primeiros anos da autarquia (1970-1974) foram acompanhados pela criação, por parte do governo federal, de diferentes programas especiais de desenvolvimento regional.⁴ Este período não é tido como um dos mais importantes em termos de políticas públicas, notadamente aquelas voltadas para a criação de projetos de colonização e assentamento na Amazônia Legal.

Além disso, a ação do Incra nesse período não esteve voltada para toda a região, restringindo-se aos estados de Rondônia e Pará, mais especificamente às zonas de influência das rodovias BR-364 e Transamazônica. Nos demais estados amazônicos, a ação do Incra só teve importância a partir do final da década de 1970 (AC, MT e RR) e meados dos anos 1980 (AM, AP, MA e TO).⁵

Os programas de desenvolvimento regional da década de 1970 tinham como premissa básica a incorporação da Região Amazônica, possuidora de grandes “espaços vazios”, ao território nacional. Nesse contexto, merece atenção especial o PIN, que era baseado em projetos de colonização em torno de agrovilas, agrópolis e rurópolis⁶ ao longo da rodovia Transamazônica. Esse

⁴ Entre esses, pode-se citar o Programa de Integração Nacional (PIN) (1970); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra) (1971); o Programa Especial para a Vale do São Francisco (Provale) (1972); o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) (1974); e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste) (1974).

⁵ À exceção dos estados de RJ, MS e MG, a criação de projetos de assentamento pelo INCRA nos demais estados brasileiros aconteceu apenas na década de 1980.

⁶ De acordo com documento governamental escrito em 1973, “para melhor atender às necessidades sociais, culturais e econômicas do meio rural, idealizamos três tipos de ‘*urbs*’ rurais: a agrovila, agrópolis e a rurópolis, formando uma hierarquia urbanística segundo a infra-estrutura social, cultural e econômica, e tendo cada qual sua função específica...” (Incra, 1973, *apud* Ianni, 1979).

programa tinha como pressuposto a utilização de áreas situadas ao longo da rodovia.

Contudo, o governo enfrentou uma série de problemas referentes à aplicação do instrumento de discriminação de terras na região, que já nesta época era caracterizada pela posse precária de terras por extrativistas (seringueiros e castanheiros); pela alienação irregular procedida pelos estados na faixa de fronteira; pelas transcrições indevidas de títulos de terras e pela deficiência dos cartórios em controlar este processo; pelas grilagens e invasões criminosas; e pelo fluxo migratório desordenado de excedentes rurais das regiões mais populosas do país.

Diante desses problemas, o governo federal deu início a um processo de regularização fundiária por meio da adoção de uma política que tinha como principais instrumentos a discriminação de terras, a desapropriação de imóveis por interesse social e a ratificação de títulos.

Assim, em cinco anos (1979 a 1984), o Incra buscou esforços no sentido de acelerar as atividades de discriminação, distribuição de terras e titulação, com ênfase nos projetos de colonização e assentamento e suas inúmeras variações (Projeto de Integração e Colonização (PIC), Projeto de Assentamento (PA), Projeto de Colonização (PC), Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Assentamento Rápido (PAR), entre outros).

Como resultado desses esforços, entre 1970 e 1984, mais de 120 milhões de hectares de terras foram discriminados, um total de 97 milhões de hectares foram arrecadados e matriculados em nome da União, mais de um milhão de documentos de titulação receberam outorga, cerca de 23 milhões de hectares foram desapropriados e 166 mil famílias foram assentadas (entre 1985 e 1989, este total foi de quase 90 mil famílias) (MDA/Incrá, 2000).

Atualmente, o Incra cuida do zoneamento, da distribuição de terras; da colonização e da execução de projetos de reforma agrária; e da promoção de articulação com órgãos estaduais de terras. Entre as suas atividades de ação fundiária estão a discriminação e a arrecadação de terras devolutas; a regularização fundiária; a mediação e a demarcação de terras; a licitação; a desapropriação; a aquisição; e a titulação.

O levantamento é realizado por intermédio dos cadastros de terras públicas, dos imóveis rurais, dos proprietários de imóveis rurais e dos arrendatários e parceiros rurais. Contudo, o Incra não foi, durante longo período, mais do que receptor e processador das informações fornecidas pelos indivíduos cadastrados, afastando-se, desta maneira, do levantamento sistemático do uso da terra, tido como uma de suas principais funções. A fragilidade no cumprimento dessas funções, somada às demais práticas ilícitas, impossibilitou a identificação precisa das terras que compõem o patrimônio da União.

As repetidas situações irregulares propiciaram, apenas em 1990, a incorporação de um sistema cadastral mais moderno e, sobretudo, mais contínuo para permitir guardar informações recentes sobre os imóveis rurais, ao mesmo tempo para auxiliar a tomada de decisões no âmbito das políticas fundiárias, agrárias e agrícolas. Mas, só em 1998⁷ e de maneira ainda incipiente, o instituto começa a levantar e a verificar informações referentes ao uso da terra em diversos cartórios de registro de imóveis. Descobriram-se, então, alguns fatos, como, por exemplo, a sonegação de informações e documentos por parte de alguns oficiais registradores ou processos incompletos, nos quais parte do seu conteúdo havia sido, audaciosamente, mutilado.

⁷ O Incra utiliza para este fim a base de dados construída a partir do último recadastramento de terras, realizado em 1992.

A apropriação de grandes áreas na Amazônia com mais de 3 mil hectares – limite máximo permitido por lei – era notável. Casos bastante noticiados como o da Cia. Agropecuária Rio Araguaia (65.328 ha), no município de Paragominas, em 1974; o da Cia. Vale do Rio Doce (Amsa), no município de Marabá (412.200 ha), em 1975; o da construtora Andrade Gutierrez S.A., em 1979 (400 mil ha), no município São Felix do Xingu são alguns dos tantos exemplos que mostram estas irregularidades (Câmara dos Deputados, 2001). No relatório da Comissão que investigou a ocupação de terras públicas, consta a identificação, no estado do Amazonas, de mais de 50 milhões de hectares com títulos ilegais ou irregulares.

A política adotada pelo estado brasileiro incentivou, além da migração induzida por meio dos programas especiais de colonização, a implantação de projetos de colonização privada; tendo como contrapartida do Estado a promessa de promover as assistências técnica e financeira, a implantação de infra-estrutura e a eletrificação rural. Assim, por intermédio da concessão de créditos subsidiados e incentivos fiscais, o governo federal promoveu a penetração de novos atores na região.

Há de se ressaltar que essas medidas reforçaram os interesses da empresa privada, principalmente grande, nacional ou estrangeira, que passaram a predominar, de modo ostensivo, na política de terras que o governo federal, sobretudo após 1974 em detrimento da política de colonização oficial da Amazônia.

Muito embora a finalidade dessa política fosse a dinamização das atividades de ocupação e exploração econômicas das terras amazônicas, a participação do Estado, por meio da implantação de projetos de colonização, era apenas uma forma de catalisar os ganhos de obtenção de terras baratas com valorização garantida. Isso porque os incentivos fiscais e os créditos subsidiados se tornaram a

mais nova forma de se obter ganhos com as terras, que passaram a ser vistas como uma reserva de valor (Reydon e Muniz, *s/d*).

Esse período também foi marcado por uma forte industrialização e urbanização, sem ter havido, no entanto, a democratização da posse da terra. O projeto de reforma agrária foi esquecido e a herança da concentração da terra e da renda permaneceu intocada.

Em outras palavras, essas ações favoreceram a expansão do setor agropecuário, que tinha como principal característica a ocupação das áreas destinadas a projetos de colonização e assentamento, empurrando os colonos para dentro da floresta, de forma a ocupar os espaços existentes entre os centros de desenvolvimento. Não é de estranhar, pois, o surgimento de novos conflitos no meio rural, o que teve como conseqüências a repressão política e a criação dos primeiros projetos de assentamento em vários estados amazônicos (AM, AP, MA, TO).

Os anos que se seguiram (1985-1990) foram marcados por uma fase de transição entre o regime militar e o democrático. Ainda que muito pouco tenha sido feito em termos de criação de projetos e assentamento de famílias, objetivo final do órgão, não só na Região Amazônica, mas no Brasil como um todo, esse período é marcado pela elaboração do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e pelo surgimento de movimentos sociais, frutos dos conflitos surgidos pela posse da terra.

Com a redemocratização do país, no governo Sarney, e a elaboração do PNRA, estabelece-se o conceito de latifúndio improdutivo, conceito amplo e complexo, que serviu como forma de burocratizar e impedir os avanços da reforma agrária.

Ora, se a questão era distribuir terras improdutivas, nada melhor do que voltá-la para a Região Amazônica, onde os latifúndios representavam 80% da superfície cadastrada no Incria (Droulers, 1995). De fato, dos cerca de 10 milhões de hectares

desapropriados entre 1985 e 1989, 43% estavam localizados na Região Norte.

Além das questões relacionadas diretamente à elaboração e à implementação do PNRA, vários outros fatores contribuíram para esse resultado. O primeiro deles foi a mudança no aparato institucional federal voltado para a política fundiária e a reforma agrária. Alterações na política e na estrutura do Incra⁸ fizeram com que a meta de distribuição de terras não fosse mais considerada uma prioridade para o órgão.

As crises financeira e política que atingiram o Brasil, nessa época, fizeram com que as ações governamentais fossem direcionadas para a redução de gastos com despesas públicas, o incentivo às exportações e o desenvolvimento de novas tecnologias (Becker, 1998). Essas transformações, conforme mencionado, agravaram ainda mais os conflitos existentes, provocando uma crise no setor ambiental e o recrudescimento dos movimentos sociais.

Mesmo cercado de limitações de ordem orçamentária, as ações do Incra nos primeiros anos da década de 1990 tiveram algum êxito em virtude da determinação política de realização de uma reforma agrária mais justa e dentro de um contexto legal.

Destacam-se, para tal período, medidas que representaram avanços de caráter qualitativo e quantitativo. As ações do Incra e suas políticas de combate à grilagem na Amazônia merecem, sim, reconhecimento, mas, ainda, os ganhos são limitados. A desorganização fundiária, sem dúvida, dificulta e atrasa o desenvolvimento da Região Amazônica.

⁸ No final da década de 1980, em apenas 48 meses o Incra teve sua estrutura administrativa alterada seis vezes e teve doze presidentes efetivos e interinos (MDA/Incra, 2000).

A grilagem

A grilagem acontece em todo o território nacional, mas na Amazônia ganha dimensões gigantescas.⁹ Nesta região encontramos as maiores fontes de terras devolutas, sendo alvo cobijado pelos “grilos”, que procuram usá-las como garantia bancária, ou, em casos mais graves de uso ilícito da terra, vinculadas a atividades de narcotráfico.

Em 2000, o Incra sistematiza, pela primeira vez, as informações dos proprietários de imóveis rurais cadastrados com uma área de 10 mil ou mais hectares que não tivessem apresentado a documentação exigida na Portaria nº 558/99. A instituição utilizou as informações contidas nos registros do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)¹⁰ e, ainda, os dados disponibilizados no *Balanço da Gazeta Mercantil*, podendo, desta maneira, ter acesso às condições econômico-financeiras das empresas. O interesse por aprimorar as informações sobre grilagem de terras incentivou a visita às Superintendências Regionais do Incra e aos Institutos de Terra de dois dos estados com maior incidência de áreas sob suspeita de irregularidades, a saber, Mato Grosso e Pará.

Segundo estatísticas do Incra (2001), na Região Norte 0,2% dos imóveis suspeitos de grilagem abrangem 26% da área cadastrada nesta região; na Região Centro-Oeste, 0,2% dos imóveis são responsáveis por 10% da área desta região; e no Nordeste, 0,03% dos imóveis totalizam 9% da sua área cadastrada. A maioria dos estados da Região Norte possui elevados percentuais

⁹ Na sua primeira prestação de contas acerca do combate à grilagem, o Incra noticia o cancelamento de títulos que equivaleriam a 66.869.616 ha, apenas nos estados que compõem a Amazônia Legal (MDA/Incra, 1999, p.13).

¹⁰ O Incra consultou os cadastros no site da Receita Federal.

de áreas suspeitas de grilagem, destacando-se o Acre, onde 0,5% dos imóveis abrangem 63% da área, e o Pará, em que 0,3% dos imóveis são responsáveis por 34% da área.

Na tabela 1, mostra-se a distribuição regional do total de imóveis rurais cadastrados e suspeitos de grilagem. Nela podemos observar que a Região Norte possui 6% do total de imóveis cadastrados, abrangendo 22% da área. No que concerne à grilagem, essas proporções são, respectivamente, 33% dos imóveis e 53% da área. Ou seja, essa região é, isoladamente, responsável por mais da metade da área total suspeita de grilagem. A Região Centro-Oeste vem em seguida, com 29% da área dos imóveis suspeitos. No outro extremo, as Regiões Sudeste e Sul, que possuem somadas 58% dos imóveis e 26% da área total cadastrada, apresentam proporções irrisórias de imóveis suspeitos (3% dos imóveis e 2% da área) (Incrá, 2001).

Tabela 1

Total de imóveis rurais cadastrados e suspeitos de grilagem segundo a localização dos imóveis
Proporção de imóveis e área em relação ao total Brasil (%)

Região/UF	Total de imóveis		Imóveis suspeitos	
	% imóveis	% área	% imóveis	% área
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	6,3	22,4	33,3	52,9
Nordeste	28,1	19,2	22,2	15,6
Sudeste	26,4	16,0	3,2	2,2
Sul	31,6	10,5	0,5	0,3
Centro-oeste	7,7	31,9	40,8	29,0

Fonte: Incra, Estatísticas Cadastrais 1998 e Listagem dos imóveis que não atenderam à notificação da Portaria nº 558/99, de 21/12/2000.

Um outro dado interessante diz respeito às empresas dos setores envolvidos com o setor primário. Estas são responsáveis, segundo os dados do Incra, pela maioria das áreas dos imóveis suspeitos de grilagem, ou seja, 67% da área total das empresas, incluindo agroindústria e mineração. Destaca-se, ainda, no relatório que as empresas urbanas possuem 29% da área total das empresas suspeitas de grilagem (ver tabela 2).

Tabela 2
Proprietários/detentores de imóveis rurais
suspeitos de grilagem
Distribuição das empresas segundo o setor de atividade

Setor de atividade	Nº propr.	%	Nº imov.	%	Área (ha)	%
Agropecuária	247	51,2	293	49,2	6.970.097,2	42,6
Agroindústria	19	3,9	25	4,2	850.427,3	5,2
Colonizadoras	14	2,9	22	3,7	1.066.626,4	6,5
Madeiras	15	3,1	15	2,5	528.643,4	3,2
Reflorestamento	10	2,1	16	2,7	883.308,1	5,4
Mineração	6	1,2	11	1,8	652.485,2	4,0
Construção	7	1,5	7	1,2	131.751,6	0,8
Serv. Ind.	3	0,6	4	0,7	88.127,4	0,5
De Util. Pública						
Ind. de Transformação	56	11,6	76	12,8	1.828.325,3	11,2
Serviços	82	17,0	103	17,3	2.756.493,8	16,9
Não identificado	23	4,8	24	4,0	593.683,3	3,6
Total	482	100,0	596	100,0	16.349.969,0	100,0

Fonte: Incra, Listagem dos imóveis que não atenderam à notificação da Portaria nº 558/99, de 21/12/2000.

Os dados apresentados permitem constatar que a grilagem é um problema desde há muito diagnosticado para o qual, ainda, não se indicaram os corretivos apropriados.

Na Amazônia, prevaleceram e ainda prevalecem práticas de poder que mercantilizam os recursos naturais, sem qualquer fiscalização. Daí que grande parte dos conflitos socioambientais é resultante das próprias demandas nacionais provocadas pela dinâmica internacional, como, por exemplo, a exploração madeireira e a plantação de soja. Dessa maneira, a corrida pelo crescimento econômico atropela as políticas de proteção dos recursos naturais e desacelera o ritmo do plano de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Comentários finais: os cenários

Em termos amplos, as políticas fundiárias e de desenvolvimento são contraditórias. Buscam-se formas que permitam implementar políticas de controle por meio de parcerias interinstitucionais. Até agora, os sucessos têm sido parciais, principalmente por causa das divergências e da utilização diferenciada dos dados coletados por cada um dos órgãos envolvidos. Assim, a falta de coordenação entre as instituições em nível federal, estadual e municipal compromete a agilidade e o êxito do controle e da fiscalização, bem como a execução destas políticas.

Esse prejuízo pode ser superado com ações corretivas, que há muito tempo são solicitadas. A construção de um cenário desejável para a Região Amazônica tem como propósito principal apresentar saídas para a reversão da grilagem como tendência negativa para o desenvolvimento da região. A questão que se coloca no momento é como se pode reverter essa tendência. Certamente, isso poderá acontecer se:

- houver definição de políticas a partir das carências e potencialidades da região;
- a cooperação estreita entre todos os órgãos envolvidos na luta contra a grilagem, tanto em nível federal como estadual e municipal, permitisse o fortalecimento de ações mult institucionais;
- existir um domínio cadastral, tanto rural quanto urbano, das terras griladas ou sob suspeita;¹¹
- se consolidasse uma gestão estratégica da região diante do quadro contínuo de ocupação ilegal de terras públicas;
- se elaborassem enfoques articulados desde o ponto de vista cadastral e conceitual que facilitassem a elaboração de diagnósticos integrados;
- se fomentassem políticas e programas integrados que permitam unir esforços e ações de diversas instituições e atores regionais; e
- houver o interesse em priorizar estudos e pesquisas sobre a temática que permitam a construção de um sistema de informações em rede.

Um novo cenário apresenta-se em relação ao caráter organizador de políticas e programas voltados ao desenvolvimento sustentável da região, mas para isto é necessário inovar, ir além do “pulo do grilo”, colocando em prática iniciativas que, em vez de mostrar a fragilidade do Estado, propiciem o seu fortalecimento.

¹¹ O Projeto Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil Incra-BID tem como meta, nos próximos nove anos, o georreferenciamento de 55% dos imóveis rurais e a regularização de 700 mil posses, que equivalem, também, a 55% do total .

Referências bibliográficas

BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Editora Ática, 1998 (Série Princípios, vol. 192).

BURSZTYN, M. *O poder dos donos – planejamento e clientelismo no nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica*. Brasília, 2001.

DROULERS, M. *L'Amazonie*. Paris: Editions Nathan, 1995 (Série Géographie d'aujourd'hui).

DROULERS, M.; LE TOURNEAU, F.-M.; MACHADO, L. *Conflicts d'usage de l'espace au Rondônia (Amazonie Brésilienne)*. *Cybergeo*, n° 194, agosto de 2001. Disponível em: <http://cybergeo.presse.fr>. Acessado em: fevereiro de 2002.

FERREIRA, A. M. M.; SALATI, E.; SANTOS, A. A. *The large scale biosphere-atmosphere experiment in Amazônia*. Sub-componente dimensão humana. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, s/d, *mimeo*.

IANNI, O. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979 (Coleção Sociologia brasileira, vol. 11).

INCRA. *Estatísticas cadastrais 1998 e Listagem dos Imóveis que não atenderam à notificação da Portaria n° 558/99, de 21/12/2000a*.
———. *Grilagem de Terra: balanço final*. 2000b.

_____. *Grilagem de Terras*. Perfil dos Proprietários/Detentores de Grandes Imóveis Rurais que não Atenderam à Notificação da Portaria nº 558/99. Disponível em: www.incra.gov.br. Acessado em: 2001.

INCRA/FAO. *Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais*. Brasília: MDA/Incra, Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, 2001.

KITAMURA, P. C. *A Amazônia e o desenvolvimento sustentável*. Brasília: Embrapa-SPI, 1994.

LOBATO, Monteiro. O “Grilo”. In: *A Onda Verde e o Presidente Negro*. Obras Completas de Monteiro Lobato, 1ª série, vol. 5. São Paulo: Brasiliense, 1948.

MDA/INCRA. *O Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil*. Brasília, 1999.

_____. *Relatório de Atividades Incra – 30 anos*. Brasília: MDA/Incra, 2000.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PASQUIS, R.; MACHADO, L.; GUERRA, R. *Diagnóstico dos formatos de ocupação do espaço amazônico*. Brasília: Núcleo de Apoio às Políticas Integradas para Amazônia (Napiam)/SCA/MMA; Montpellier-França: Cirad, 2001.

RANGEL, Ignácio. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

REYDON, B. P.; HERBERS, S. R. Política ambiental para a agropecuária na Amazônia e degradação do meio ambiente. *ABRA*, vol. 19, nº 1, Campinas, São Paulo, 1989.

REYDON, B. P.; MUNIZ, M. J. D. *Colonização na Amazônia: uma alternativa para seu desenvolvimento sustentável?* Disponível em: www.eco.unicamp.br/projetos/mterras. Acessado em: fevereiro de 2002.

SILVA, D. Colonização e zonas pioneiras. In: *Anais da Associação dos Geógrafos*, vol. XVIII. São Paulo, 1973.

SILVA, J. G. *Caindo por terra: crises da reforma agrária na nova República*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

Sobre os autores

ADRIANO VENTURIERI – nascido em Belém (PA), é engenheiro agrônomo formado pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) em 1986. Mestre em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe) em 1996 e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Unesp/Universite d'Avignon em 2003. Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental desde 1993, trabalha no processo de mudança da cobertura vegetal e uso da terra na Região Amazônica e nas suas interrelações com a evolução da paisagem da agricultura familiar.

AGNÈS SERRE – doutora em Socioeconomia do Desenvolvimento (*École des Hautes Études de Sciences Sociales* – Paris), sociourbanista e pesquisadora associada do Centro do Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Foi pesquisadora do Núcleo dos Altos Estudos Amazônicos (Naea), da Universidade Federal do Pará (Ufpa), no qual estudou o processo de urbanização da cidade de Belém e o papel das organizações populares na melhoria das condições de vida nos bairros desta cidade. Escreveu vários artigos, capítulos e um livro editado na Harmattan-Paris: *Belém, Ville amazonienne*. Participa de duas redes internacionais de pesquisa: *International Research Group on Law and Urban*

Space (Irglus) e Network-Association of European Researchers on Urbanisation in the South (N-Aerus).

AILCE MARGARIDA NEGREIROS ALVES – socióloga, especialista em História da Amazônia pela Ufpa, tem experiência em docência, pesquisa e extensão pela Universidade Federal do Pará. Possui grande experiência com pesquisa e assessoria às organizações de pequenos agricultores e extrativistas na Amazônia Oriental. Acompanhou como supervisora o Projeto Lumiar no sudeste do Pará. Membro do Grupo de Pesquisa no convênio Embrapa/Cirad, no Projeto Pecuária, Uso do Solo e Desmatamento na Amazônia: um Estudo sobre Brasil, Peru e Equador, do Instituto Interamericano. Atualmente, está concluindo sua dissertação de mestrado na Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.

CRISTÓVÃO MORELLY KANEYOSHI HASHIGUTI DE FREITAS – paraense, veterinário formado na Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra, ex-FCAP – Faculdade de Ciências Agrárias do Pará). Fez pós-graduação em Ciência Animal na Universidade Federal do Pará (Ufpa). Funcionário da Sagri (PA). Trabalhou em diversas áreas da produção animal, tanto no setor técnico quanto na legislação sanitária.

DORIS ALEIDA VILLAMIZAR SAYAGO – nasceu na Venezuela em 1964. Graduada em Antropologia pela Universidad Central de Venezuela (UCV). É mestre em Antropologia Social (1994) e doutora em Sociologia (2000) pela Universidade de Brasília, onde defendeu a tese intitulada *A invenção burocrática da participação: discursos e práticas no Ceará*. Atualmente é pesquisadora associada do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

ELIMAR PINHEIRO DO NASCIMENTO – professor do Departamento de Sociologia e do Centro de Desenvolvimento Sustentável, ambos da Universidade de Brasília. Doutor em Sociologia pela Universidade René Descartes em Paris (1982), com pós-doutorado na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1992). Foi professor nas Universidades Federais da Paraíba (1979-1985) e de Pernambuco (1985-1987); coordenou pesquisas sobre movimentos sociais urbanos no Nordeste e sobre o processo de transição política no Brasil. Ocupou cargos públicos nos governos de Samora Machel (Moçambique, 1976-1979), Miguel Arraes (1987) e Cristovam Buarque (1995-1998). Atualmente trabalha com planejamento e análise de conflitos socioambientais. Tem artigos e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior.

FLORENCE PINTON – professora adjunta em sociologia na Universidade Paris 10 – Nanterre (França) e pesquisadora do Laboratório Dinâmicas Sociais e Recomposição dos Espaços (Ladyss) do CNRS. Trabalha na França e no Brasil (Amazônia) com a integração das problemáticas ambientais no manejo dos espaços rurais e florestais. Participou do Programa Extrativismo na Amazônia Central, no âmbito da cooperação Inpa/IRD, e do Programa Manejo Tradicional da Mandioca na Amazônia, desenvolvido em cooperação com o Instituto Socioambiental (ISA). As pesquisas atuais referem-se à implementação das políticas de conservação da biodiversidade.

FRANCISCA NETA ANDRADE ASSUNÇÃO – graduada em Ciências Econômicas pela Faculdades Integradas da Católica de Brasília. Mestra em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro

de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Gerenciou o Projeto Tecnologias de Gestão Ambiental, do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA-I), executado pelo Ibama, e fez parte da equipe do Projeto Rede de Informações da Bacia do Rio São Francisco (RISF-GEF/SF). Trabalhou como pesquisadora associada do CDS/UnB no período de agosto de 2000 a maio de 2003. É co-autora, com Maria Augusta Bursztyrn e outros, de diversos artigos publicados em anais e livros sobre política de recursos hídricos e gestão ambiental. Atualmente, é doutoranda do CDS/UnB.

HERVÉ THÉRY – é geógrafo, diretor de pesquisa no CNRS-Credal e diretor da Unidade Mista de Pesquisa Território e Mundialização nos Países do Sul (École Normale Supérieure/ Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento-IRD). Foi professor da École Normale Supérieure e diretor do departamento de geografia. Atualmente é pesquisador convidado no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, em missão do IRD.

JEAN-FRANÇOIS TOURRAND – nascido na cidade de Toulouse, na França, é veterinário formado pela École Nationale Vétérinaire de Toulouse, em 1981. Fez pós-graduação em Ciência Animal na Universidade de Paris 12 e concluiu o doutorado em 1993. É funcionário do Ministério da Agricultura da França, trabalhando no Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad) desde o início dos anos 1980. Após alguns anos de prática em medicina veterinária na França, foi desenvolver pesquisa na África sobre a integração dos

pastores tradicionais no desenvolvimento agropecuário ao longo do rio Senegal. Conheceu Jonas Bastos da Veiga e Miguel Simão Neto em 1990, e decidiram direcionar as competências da Embrapa, da Ufpa e do Cirad para a questão polêmica da pecuária na Amazônia, priorizando os três eixos: pesquisa, formação e desenvolvimento. Rapidamente, a equipe franco-brasileira internacionalizou-se, abrangendo a Amazônia continental e integrando pesquisadores de vários países e instituições do mundo.

JONAS BASTOS DA VEIGA – nascido na cidade de Cametá (PA), é engenheiro-agrônomo formado pela Escola de Agronomia da Amazônia (hoje FCAP) desde 1970. Concluiu o mestrado na Universidade Federal de Viçosa (MG), em 1974, e o doutorado na University of Florida, nos Estados Unidos, em 1983. Foi pesquisador do Ministério da Agricultura de 1971 a 1975, tendo ingressado na Embrapa em seguida, onde trabalha atualmente. Há mais de 25 anos vem desenvolvendo pesquisas e estudos em pastagem, sistemas silvipastoris e sistemas de produção animal na Região Amazônica. Desde 1992 e em cooperação com o Cirad da França e a Universidade Federal do Pará, vem se dedicando ao estudo da pecuária na agricultura familiar, mais especificamente da produção leiteira.

JOSÉ AUGUSTO DRUMMOND – Ph. D. em Recursos Naturais e Desenvolvimento pela University of Wisconsin, Madison (EUA). Pesquisador associado do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Foi coordenador de avaliação e monitoramento do PP-G7 (2000-2001). Co-editor de *Amazônia – dinamismo econômico e*

conservação ambiental (Garamond, 2003), *Rio + 10 Brasil – uma década de mudança* (Forum Nacional de Mudanças Climáticas e MMA, 2002), “Visões da Amazônia” (número especial de *Manguinhos – história, ciências e saúde*, 2000), e de *Garimpo, sociedades indígenas e meio ambiente* (Eduff/Cetem, 1992). Autor de *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais fluminenses* (1997) e de cerca de vinte artigos sobre questões ambientais em periódicos nacionais e estrangeiros. Professor visitante da University of Alabama (Birmingham, EUA) e da Illinois Wesleyan University (Bloomington, EUA).

LAURA MARIA GOULART DUARTE – doutora em Sociologia, desenvolve atividades na Universidade de Brasília como professora e pesquisadora sênior do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS). Entre os inúmeros trabalhos realizados, destacam-se as obras publicadas pela LP&M e pela Paralelo 15, respectivamente: *Capitalismo e Cooperativismo no RGS. O cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul* – obra premiada em 1986 com a menção honrosa da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober) e com o prêmio de melhor tese de mestrado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) –; e *Triste cerrados – sociedade e biodiversidade*.

LAURE EMPERAIRE – etnobotânica, pesquisadora do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD-França). Trabalha, principalmente no Brasil, com o manejo tradicional da biodiversidade. Participou do Programa Extrativismo na

Amazônia Central no âmbito da cooperação Inpa/IRD. Um novo programa, Manejo Tradicional da Mandioca na Amazônia, foi desenvolvido em cooperação com o Instituto Socioambiental (ISA). As pesquisas em curso situam-se na interface meio ambiente-saúde no caso da doença de Chagas e referem-se à identificação e à caracterização das variáveis indicadoras de risco de transmissão desta doença vetorial no Nordeste e na Amazônia (colaboração com a Fiocruz/RJ e o CDS/UnB).

LUCIANA DE OLIVEIRA ROSA MACHADO – bacharel em Direito e Engenharia Florestal, é mestre em Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração Política e Gestão Ambiental pelo CDS/UnB. Trabalhou como pesquisadora em projetos relacionados às áreas de Biotecnologia Vegetal e Engenharia Genética. Desde 1997, atua em temas amazônicos, entre eles as questões indígena e agrária e de desenvolvimento regional. Atualmente desenvolve atividades como consultora técnica no Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal, da Fundação Nacional do Índio (PPTAL/Funai).

MAGDA EVA SOARES DE FARIA WEHRMANN – graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Goiás. Mestre em Economia Agroalimentar pelo Institut Agronomique Méditerranéen de Montpellier (França), com a dissertação *Le développement technique face aux disparités internes à l'agriculture de l'État de Goiás (Brésil)*. Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, com a tese *A soja no cerrado de Roraima: um estudo da penetração da agricultura moderna em regiões de fronteira*. Pesquisadora da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (Emgopa) de 1982 a 1994, responsá-

vel pela condução das pesquisas em socioeconomia das culturas do feijão, milho, soja, arroz e pecuária de leite de 1987 a 1993. Pesquisadora associada da UnB/CDS desde 2000.

MARCEL BURSZTYN – nascido no Rio de Janeiro em 1951, é graduado em Economia (1973) e mestre em Planejamento Urbano e Regional (1976) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na University of Edinburgh, Escócia, obteve o Diploma in Planning Studies (1977). É doutor em Desenvolvimento Econômico e Social pela Université de Paris I (Sorbonne) (1982) e em Ciências Econômicas pela Université de Picardie, na França (1988). Foi professor das Universidades Federais do Rio de Janeiro e da Paraíba e da Université de Paris I (Sorbonne). Desde 1992, leciona no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e em 1996 vinculou-se ao Centro de Desenvolvimento Sustentável, da mesma universidade, onde ocupou a função de diretor.

MARCELO CORDEIRO THALES – nascido no ano de 1972 em Belém (PA), é engenheiro agrônomo formado pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) e mestre em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Atualmente, exerce o cargo de tecnologista do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e doutorando em Geografia na Universidade de Paris X – Nanterre-França. No período de 2000 a 2002, trabalhou como bolsista no convênio firmado entre a Embrapa Amazônia Oriental e o Centre de Coopération Internationale em Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad) e, desde 2002, como efetivo na Unidade de Análises Espaciais (UAS) do MPEG,

apoiando diversos projetos de pesquisa, principalmente sobre a temática de dinâmica de uso e cobertura da terra na Região Amazônica.

MÁRCIA MUCHAGATA – agrônoma com doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela School of Development Studies, University of East Anglia, Inglaterra. Desenvolve trabalhos de pesquisa e consultoria em desenvolvimento rural sustentável, tendo como temas recentes de trabalho o papel das organizações de agricultores na pesquisa e no desenvolvimento; a construção social do manejo de recursos naturais; e as instituições para o desenvolvimento sustentável. Atualmente trabalha como consultora no projeto de cooperação técnica FAO-MDA e é colaboradora do curso de mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Agroambiental da Amazônia da Ufpa.

MARIA AUGUSTA ALMEIDA BURSZTYN – graduada em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília (1975). Especializou-se em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Ecole Nationale de Santé Publique em Rennes, França (1978). Em 1981, concluiu o doutorado em Ciências da Água pela Université de Paris VI. Foi coordenadora de Recursos Hídricos da Secretaria Especial do Meio Ambiente, coordenadora de Meio Ambiente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e coordenadora de Planejamento da Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República. Desde 1992, é professora da Universidade de Brasília, na qual está vinculada ao Departamento de Geografia e ao Centro de Desenvolvimento Sustentável. Publicou vários trabalhos sobre gestão de recursos hídricos e gestão ambiental.

MARIE-GABRIELLE PIKETTY – nascida em 1971 em Paris, França, é economista. Fez pós-graduação em economia na Universidade de Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). É funcionária do Centre de Coopération Internationale em Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad) desde 2000. Nos anos 1990, trabalhou na Indonésia em parceria com o Centre for International Forestry Research (Cifor) na modelagem do desenvolvimento regional com metodologias e ferramentas da macroeconomia. Atualmente trabalha no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP-FEA-Procam), desenvolve pesquisas em diversas regiões da Amazônia Continental.

NATÁLIA ALBUQUERQUE – médica veterinária da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufram), Belém, Brasil. Pesquisadora da Embrapa – Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental – Belém. Atualmente, estuda o sistema de produção de animais silvestres.

NATHALIE HOSTIOU – nascida na França em 1975, é engenheira agrônoma formada pela Ecole Supérieure d'Agriculture (Angers, França) desde 1993. Mestre em Zootecnia pelo Institut National d'Agronomie de Paris-Grignon (INA-PG) em 1999. Doutoranda pelo INA-PG com a temática manejo de pastagens em propriedades familiares na Amazônia brasileira. Desde 1998, trabalha no programa de Cooperação Cirad – Embrapa Amazônia Oriental – INA-PG.

PAUL E. LITTLE – professor adjunto do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e doutor em Antropologia, com concentração em Estudos Latino-America-

nos, pelo Programa Conjunto UnB/Flacso. É organizador do livro *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*, publicado pela Editora Peirópolis em 2003 e autor do livro *Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers*, publicado pela Johns Hopkins University Press em 2001.

RENÉ POCCARD CHAPUIS – geógrafo, nascido em 1969 nos Alpes na França. Fez pós-graduação em Geografia na Universidade de Paris 10 e está concluindo o doutorado. É funcionário do Centre de Coopération Internationale em Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad) desde 2001. Trabalhou na Amazônia brasileira desde o início dos anos 1990. Nas suas diversas pesquisas, integra uma abordagem de geografia humana com a metodologia de sensoriamento remoto. Foi um dos pioneiros do conceito de processo de construção regional nas frentes pioneiras da Amazônia Continental. Trabalha na África desde o início de 2003.

SANDRA DE CARLO – economista (PUC/RJ), mestre em Ciências Ambientais (The Evergreen State College, WA, EUA). Doutoranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Economista dos quadros do IBGE, integrou a equipe que trabalhou na montagem do projeto institucional de estatísticas e indicadores ambientais. Participou da equipe de monitoramento e avaliação do Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7). Atualmente, integra a equipe de Políticas e Instrumentos Econômicos para a Produção e o Consumo Sustentáveis, na Secretaria para Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente.

THIERRY BONAUDO – formado em Biologia, com especializações em Produção Animal em Regiões Tropicais, Gestão da Fauna e Agricultura e Meio Ambiente. Mestre em Meio Ambiente, Tempo, Espaço e Sociedade pelo Instituto Nacional de Agronomia – Paris/Grignon (INA-PG). Trabalha na Região Amazônica desde 1997. Atualmente, é doutorando em co-tutelle com o CDS/UnB e o INA-PG desenvolvendo a pesquisa sobre manejo dos recursos naturais e a caça.

YVONNICK LE PENDU – etólogo e doutor pela Universidade de Toulouse (França). Professor da pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará (Brasil) e Pesquisador visitante do CNPq. Estuda a biologia de populações de mamíferos no ambiente natural e a domesticação de animais silvestres na Amazônia, com o objetivo de contribuir com o uso racional e a conservação destes.

Siglas e abreviaturas

- AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
- Anpocs – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais
- APA – Área de Proteção Ambiental
- Arcos – Agências Regionais de Comercialização
- Ascar – Associação Sulina de Crédito em Assistência Técnica
- Basa – Banco da Amazônia S.A.
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Bird – Banco Mundial
- CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável
- Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
- Cirad – Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento
- CNDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNPMF – Centro Nacional de Pesquisa em Mandioca e Fruticultura
- CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
- CNRS – Centre National de Recherche Scientifique (França)
- Codem – Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
- Coema – Conselho Estadual de Meio Ambiente
- Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente

Cotrin – Comissão de Organização da Triticultura Nacional
CPAA – Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Ocidental
CPATU – Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido
Crea – Conselho Estadual de Engenheiros Agrônomos
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
Dema – Departamento Estadual de Meio Ambiente
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil
Emgopa – Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
Enap – Escola Nacional de Administração Pública
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Fema – Fundação Estadual do Meio Ambiente
Femac – Fundo Especial de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado do Acre
Ferma – Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente
Finam – Fundo de Investimentos da Amazônia
Flacso – Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais
Flona – Floresta Nacional
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNO – Fundo Constitucional do Norte
Funai – Fundação Nacional do Índio
Funbio – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
Funcitec – Fundo Especial de Meio Ambiente e de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Gama – Gerência Adjunta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
GEF – Global Environmental Facility
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IAC – Instituto Agrônomo de Campinas

IAI – Inter American Institute
Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Idec – Instituto de Defesa do Consumidor
Idesp – Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
Iepa – Instituto de Estudos e Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
Igol – Indústria Gaúcha de Óleos Vegetais
Imac – Instituto do Meio Ambiente do Acre
INA – Instituto Nacional de Agronomia
Incobrasa – Industrial e Comercial Brasileira S.A.
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iniap – Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas
Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Instisoja – Instituto Privado de Fomento à Soja
Ipaam – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
Ipagro – Instituto de Pesquisas Agronômicas
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRD – Institute Recherche pour le Development
Irglus – International Research Group on Law and Urban Space
Iser – Instituto de Estudos Religiosos
Mercosul – Mercado Comum do Cone Sul
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
Naea – Núcleo dos Altos Estudos Amazônicos
N-Aerus – Network-Association of European Researchers on Urbanism in the South

- Naturatins – Fundação Natureza do Tocantins/Instituto Natureza do Tocantins
- Nead – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
- Nesur– Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional
- NSF – National Science Foundation
- Numa – Núcleo de Manufatura Avançada
- OAEYRG – Organização dos Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório
- OCT – Organização das Cooperativas do Tocantins
- Oema – Órgão Estadual de Meio Ambiente
- ONG – Organização Não-Governamental
- PD/A – Projetos Demonstrativos do Tipo A
- PDPI – Projetos Demonstrativos para Povos Indígenas
- Pesacre – Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
- PIB – Produto Interno Bruto
- PIN – Programa de Integração Nacional
- Planafloro – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
- PMB – Prefeitura Municipal de Belém
- PMDB – Programa Nacional de Diversidade Biológica
- PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
- PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente
- PNS – Projeto Negócios Sustentáveis
- Pnud –Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PPG-7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras
- Prodeagro – Programa Agroflorestal e Ambiental de Mato Grosso
- Prodeagro – Programa Agropecuário de Mato Grosso
- Prodecer – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
- Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- Pvea – Plano de Valorização Econômica da Amazônia

- Reaj – Reserva Extrativista do Alto Juruá
Reca – Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado
Resex – Reserva Extrativista
RISF – Projeto Rede de Informações da Bacia do Rio São Francisco
Rurap – Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
Sagri – Secretaria Executiva de Agricultura
Sagrima – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Irrigação
Samrig – S.A. Moinhos Rio Grandenses
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sectam – Secretaria Executiva de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente
Sedam – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental
Segep – Secretaria de Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão
Sema – Secretaria Especial de Meio Ambiente
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Seplan – Secretaria de Planejamento
Siemact – Sistema Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
Sima – Sistema Estadual de Meio Ambiente
Sinfra – Secretaria da Infra-Estrutura
Sipam – Sistema de Proteção da Amazônia
Sisema – Sistema Estadual de Meio Ambiente
Sisnama – Sistema Nacional de Meio Ambiente
Sivam – Sistema de Informação e Vigilância da Amazônia
Sober – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural
SPRN – Subprograma de Política de Recursos Naturais
Spvea – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Sudepe – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
Sudhevea – Superintendência da Borracha
Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus
Terrap – Instituto de Terras do Amapá
Ufma – Universidade Federal do Maranhão
Ufpa – Universidade Federal do Pará
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unas – Universidad Nacional Agraria de La Selva (Peru)
UnB – Universidade de Brasília
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
URFGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP – Universidade de São Paulo

conflito, os quais devem ser levados em conta na definição de novas estratégias locais e regionais que promovam a sustentabilidade, o uso racional dos recursos e o acesso a tecnologias menos agressivas e poupadoras dos recursos da natureza. Os doze capítulos deste livro foram selecionados entre as comunicações apresentadas no primeiro seminário sobre **Monitoramento Estratégico das Transformações Ambientais no contexto das 1^{as} Jornadas Amazônicas**, realizadas em Brasília (DF) e Redenção (PA), em junho de 2002. O evento contou com a participação de instituições e cientistas de reconhecidas trajetórias, tanto dos países da Bacia Amazônica como da América do Norte e da Europa, que vêm trabalhando com a problemática da região.

Autores

Agnès Serre
Doris Sayago
Elimar Pinheiro do Nascimento
Florence Pinton
Francisca Neta Assunção
Hervé Théry
Jean-François Tourrand
Jonas Bastos da Veiga
José Augusto Drummond
Laura Maria Duarte
Laure Emperaire
Luciana Machado
Magda Eva Wehrmann
Marcel Bursztyn
Márcia G. Muchagata
Maria Augusta A. Bursztyn
Marie-Gabrielle Piketty
Paul E. Little
René Pocard-Chapuis
Sandra De Carlo
Thierry Bonaudo
Yvonnick Le Pendu

Código EDU: 369012

